



Relato Policial

O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DO BAIRRO DE HIGIENÓPOLIS, RIO DE JANEIRO - ORGANIZANDO A SOCIEDADE E QUALIFICANDO AS DEMANDAS POR SEGURANÇA PÚBLICA.

Robson Rodrigues da Silva*

A área de policiamento do 22º Batalhão de Polícia Militar engloba os bairros de Ramos, Higienópolis, Benfica, Bonsucesso, e mais o complexo de favelas conhecido por “Maré”, do qual fazem parte as favelas do Timbau, Baixa do Sapateiro, Parque União, Nova Holanda, Vila do João, Vila dos Pinheiros, Conjunto Nova Esperança, Nelson Mandela I, II e III, Manguinhos e uma pequena parte da favela do Jacarezinho. Apesar de não muito extensa, quando comparada às áreas de outras unidades PM da capital fluminense, ela é tida como bastante complexa no sentido operacional, já que o tráfico de drogas ali se entranhou ajudado por fatores geográficos e histórico-sociais que propiciaram sua rápida capilarização. A guerra entre facções frequentemente levava o pânico, não só às comunidades e aos usuários de três das mais importantes artérias viárias da cidade que cruzam aquela área (Linha Amarela, Linha Vermelha, que liga a cidade ao seu Aeroporto Internacional, e Avenida Brasil), como também aos próprios policiais militares. Pela insegurança que causava nos usuários, aquela faixa de artérias era frequentemente chamada de “Faixa de Gaza”, o que a aproximava do terror dos territórios palestinos e revelava uma representação coletiva alicerçada numa imensa sensação de medo difuso.

A fim de solucionar o problema, o Governo do Estado do Rio de Janeiro construiu a nova sede do 22º BPM, agora encravada no coração do Complexo de Favelas da Maré, quase que exatamente na divisa dos territórios simbólicos de duas das mais poderosas facções do tráfico de drogas do Rio: O Terceiro Comando e o Comando Vermelho. Inicialmente a ação fez surtir algum efeito, pois houve uma contenção das latentes invasões. No entanto, a força daquela representação levou a PM à generalização de que o patrulhamento em locais tão deflagrados só é possível com o uso de táticas de guerra, normalmente utilizadas em ambiente hostis onde há um alto poder destrutivo por parte do adversário, o que eu vou chamar de *senso comum policial militar*. Não pretendo discutir

* Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de Rio de Janeiro, cursando mestrado em Antropologia, Coordenador dos Conselhos Comunitários de Segurança do Estado de Rio de Janeiro, no Instituto de Segurança Pública – ISP

aqui a utilidade de tais estratégias, mas é importante ressaltar que essa representação homogeneizada fez com que a Instituição Policial Militar não enxergasse outras demandas daquela área de policiamento.

Quando chegamos para comandar o 22º BPM era essa a situação. Eu mesmo, como membro da PMERJ, também compartilhava dessa representação. Entretanto a experiência naquela unidade operacional foi extremamente valiosa e enriquecedora, inclusive por destruir alguns mitos de nosso imaginário social. O primeiro deles era o de que as tão-exaltadas reuniões com as “comunidades”, ocorridas no quartel do 22º BPM, conhecidas como “Cafés-Comunitários” e tidas como as das mais democráticas, não o eram. Explico: o próprio apelido da unidade (Batalhão da Maré) e os motivos para os quais ela havia sido criada faziam crer que tais reuniões eram espaços de diálogo plural, mas, na prática, somente participavam deles as comunidades do Complexo da Maré, ou seja, aqueles atores que se imaginava não possuírem voz. Na realidade, eram espaços destinados a “dar voz social à comunidade da Maré”.

Todavia, a área do 22º BPM não comporta somente a Maré, mas também outros bairros com demandas específicas e que, pela análise dos índices criminais, apresentavam problemas até maiores, como o roubo e o furto de veículos, o roubo a transeuntes e o roubo a estabelecimentos comerciais. Mesmo assim, essas outras “comunidades” ficavam ao largo daquele processo “democrático”.

Outro mito era o de que ali, naquelas reuniões, as corretas ações dos policiais militares, as que socialmente foram pactuadas na Constituição Federal, eram aceitas e aprovadas pelos representantes comunitários, mas também não o eram. Quando cheguei, percebi que ali o assunto do tráfico de drogas, pivô da perversa situação em que se encontravam os moradores, que normalmente ficam no meio do confronto entre traficantes e policiais, era um verdadeiro tabu. A grande maioria daquelas “comunidades” realmente não queria a presença dos policiais do 22º sob qualquer hipótese - mesmo a legal -, embora o objetivo formal do “Café-Comunitário” fosse o de aproximar o policial militar de sua comunidade. Nesse contexto, a aproximação só ocorria, na verdade, entre o BPM e algumas pessoas das associações de moradores; ali o significado de democracia beirava perigosamente o clientelismo e o populismo, com a presença de lideranças políticas e representantes de ONG´s, conquanto a marca “Maré” acumula um grande capital político.

A contenção das hordas de traficantes fortemente armadas ainda continuava sendo priorizada através das tradicionais “ações de guerra”, e o índice de homicídios, inclusive o de policiais militares mortos em combate, era dos mais altos. Não obstante as atitudes arbitrárias de policiais militares serem reprimidas pelo comando, a medida em que delas fosse tomando conhecimento nos “Cafés Comunitários”, o instinto de sobrevivência não permitia que esses agentes públicos construíssem uma rede de sociabilidade em ambientes que se lhes apresentavam tão hostis. Nesse tom, seguiam as reuniões com reclamações das “comunidades” e pseudo-aproximações, o que em muito lembrava o clássico refrão da música dos Titãs: “*Polícia para quem precisa de polícia*” .

Foi então que, procurando conhecer (agora de uma forma mais democrática, no sentido clássico) também outras demandas, que se inserem na função da Polícia Militar, convidamos representantes das demais associações de moradores que não tinham o hábito de comparecer àqueles eventos. Isso fez com que os “Cafés Comunitários” ficassem agora mais representativos, inclusive com nova pauta de discussões, onde a presença policial em seus bairros passou a ser pleiteada. A partir de então anunciamos a todos o que passamos a chamar de *planejamento operacional participativo*, que consistia na discussão, com os próprios destinatários do serviço de segurança pública interessados, a aplicação, em suas localidades, do policiamento ostensivo, missão constitucional da PM.

Mesmo não havendo muitas inscrições para aquela iniciativa ousada, como era de se esperar, descobrimos no interesse dos representantes do bairro de Higienópolis a possibilidade de materializar o que muitos entendem como policiamento comunitário (eu, particularmente, entendo como missão constitucional da Polícia Militar). Este bairro de classe média baixa fica entre as favelas de Manguinhos e do Jacarezinho e, muitas vezes, como alguns de seus próprios moradores alegaram, os bandidos que os assaltavam diziam ser ali o seu “shopping-center”, tamanha a facilidade que tinham para ir, buscar o que queriam e voltar para seus redutos. Os indicadores criminais apontavam naquele bairro uma alta taxa de roubos a transeuntes e a veículos.

Com este diagnóstico, reunimos então alguns dos oficiais do *staff* do 22º BPM, notadamente os encarregados do planejamento, do efetivo e da logística, e partimos para o primeiro encontro, anunciado previamente pela Associação de Moradores de Higienópolis, para acontecer numa escola

municipal do Bairro. Ele ocorreu não só com a presença dos representantes da Associação de Moradores, como também com a de vários outros moradores do bairro que, na oportunidade tomaram conhecimento, através do comando do 22º BPM, tanto dos indicadores estatísticos e dos limites dos recursos operacionais da PM, quanto da missão daquela instituição enquanto um direito da cidadania. Foi então pactuado que seriam realizadas operações do tipo A-REP-3 (*Blitzens*), em locais escolhidos por eles próprios, após barganharem entre si a melhor escolha, segundo suas próprias necessidades; tudo isso levando em conta os limites de efetivo e viaturas policiais militares. A Associação de Moradores, por seu turno, se comprometeu a comprar aparelhos de rádio para um contato ágil com os policiais militares que estivessem de serviço no local, sendo que, representando a cidadania, algumas pessoas que moravam em pontos estratégicos se predispuseram a ser os guardiões do bairro, responsabilizando-se por canalizarem os pedidos e chamarem os policiais no caso de suspeição de ilicitude.

Os recursos eram os mesmos que já haviam sido disponibilizados anteriormente para aquela localidade, mas o novo policiamento, agora legitimado pela participação dos moradores, fez com que houvesse um rápido decréscimo das taxas criminais. A satisfação dos moradores coroou de êxito aquela ação conjunta, cuja rapidez, confesso, chegou mesmo a me espantar. Para tanto, uma questão gerencial foi fundamental: a motivação dos policiais. Antes havia um rodízio muito grande entre os policiais militares que trabalhavam no setor de policiamento que cobria o bairro de Higienópolis. O local não era prioridade do Batalhão, segundo a representação da “guerra”, e quase sempre os policiais eram deslocados para outras missões “mais importantes”, sacrificados nos apoios a outras unidades. Não havia, portanto, identificação e nem compromisso dos policiais com os moradores locais. A partir de então, foi enfatizada a política da negociação entre os interesses do policial militar e os interesses institucionais. Partiu do comando o compromisso de não serem mais deslocados para outras missões, desde que atendessem aos moradores em suas demandas por segurança pública e, conseqüentemente, reduzissem as taxas criminais. Com esse intuito, eles foram apresentados aos moradores como os novos companheiros do bairro, havendo uma identificação mútua que viabilizou o êxito do planejamento. Posteriormente, outras reuniões de ajuste foram realizadas, onde se pôde perceber a inclusão de novas categorias técnicas no discurso dos moradores como,

por exemplo, “indicadores de violência”, “mancha criminal”, “taxas de criminalidade”, “segurança pública”, “policiamento ostensivo” etc.

Havia, no entanto, ainda muita resistência por parte de boa parcela de policiais militares, inclusive de oficiais mergulhados numa cultura institucional que tende a valorizar ações tradicionais em detrimento das que poderiam estar fulcradas numa racionalidade policial militar democrática, onde através da criatividade profissional os objetivos gerais da PM, estabelecidos na carta magna, pudessem ser alcançados com menor esforço dos recursos públicos. Tudo leva a crer, portanto, que o projeto não teria um futuro promissor dentro daquela cultura institucional.

Posteriormente, fui movimentado para uma outra unidade, de onde não pude mais acompanhá-lo, mas mesmo assim a experiência valeu para mostrar que sua aplicação é plausível.